

## É POSSÍVEL FAZER UM MAPA DA CULTURA?<sup>23</sup>

Prof. Me. Edgar Rodrigues Barbosa Neto<sup>24</sup>  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Rieth<sup>25</sup>

No ano de 2001, a recém criada Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas (SECULT), juntamente com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tomaram a iniciativa de criar um projeto para realizar um mapeamento cultural da cidade de Pelotas. Sediado no espaço institucional da SECULT, o projeto tinha como o seu principal objetivo fornecer subsídios (leia-se informação etnográfica e também, em alguns casos, dados quantitativos) para a formulação de políticas culturais específicas e, mais genericamente, contribuir para os processos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos envolvidos com a coordenação daquelas políticas.

Além disso, o projeto acabou incorporando um segundo objetivo, esse, por sua vez, bem mais voltado para a pesquisa e cujo tema, bastante familiar à Antropologia – disciplina, aliás, à qual estávamos vinculados pela nossa formação – definiu-se para nós como sendo aquele da relação entre a diversidade cultural e os modos de apropriação da cidade<sup>26</sup>. E isso de tal modo que acabamos por dedicar um enorme tempo de trabalho à tentativa de compreender a cidade por intermédio de suas fronteiras – fronteiras entre bairros e entre classes, fronteiras étnicas e de

---

23 Este trabalho refere-se à atividade de extensão junto a UFPel / LEPAARQ intitulada Cadastro Cultural e contou com a participação dos alunos Laura Senna, Neilo Vaz, Cassiane Zanatta, Letícia Ferreira, Marcos Vinicius Reis, Juliana Carvalho Pereira, Ana Beatris Pereira, Douglas Passos, Catia Silveira, Sergio Ronaldo Pinho Junior. Uma versão deste texto foi recentemente apresentada no 1º Colóquio de Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural, promovido pelo Curso de Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos do Instituto de Letras e Artes da UFPEL, ocorrido nos dias 11, 12 e 13 de Novembro. Agradecemos à professora Neiva Maria Fonseca Bohns pelo convite que nos deu a oportunidade de apresentá-lo nesse espaço tão sensível à reflexão sobre a natureza das relações entre a política e a cultura.

24 Professor Assistente do Departamento de Administração e Turismo e Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

25 Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Professora do Departamento de História e Antropologia – Instituto de Ciências Humanas/Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPEL), Brasil.

26 Nesse ponto, estávamos seguindo de muito perto as pesquisas realizadas por Magnani (1998) em São Paulo e as de Gilberto Velho e Karina Kuschmir (2001) no Rio de Janeiro.

gênero – e também por meio dos modos pelos quais cada pessoa, individualmente ou em grupo, de forma diária ou episódica, atravessa essas fronteiras. Para que pudéssemos levar esses dois objetivos a um bom termo, decidimos montar uma equipe de trabalho cuja base fosse composta por alunos dos cursos de História, Turismo e Ciências Sociais da UFPEL, já que entendíamos que um dos resultados mais relevantes do projeto, do ponto de vista interno às instituições envolvidas, deveria ser de natureza pedagógica.

No entanto, mais do que propriamente apresentar os resultados a que pudemos chegar, o nosso objetivo com essa brevíssima síntese é chamar a atenção para uma das dificuldades que se impuseram a nós durante a realização do Mapeamento Cultural da Cidade. Não deixa de ser curioso observar que faremos isso por meio de uma pergunta que põe em dúvida não apenas a viabilidade desse projeto, como também, e para não dizer fundamentalmente, os termos em que nós, na dispersão do seu começo, éramos capazes de imaginá-lo. Alguns, como disse o antropólogo Clifford Geertz, têm dificuldade de saber onde estão, nós, como ele, temos, além da anterior, a dificuldade de saber de onde viemos. Ter chegado até aqui, portanto, é algo que só podemos atribuir a uma complicada combinação de encontros que, entre buscas e casualidades, nos impuseram erros e acertos. Foi justamente nesse espaço, que fez o meio entre uns e outros, confundindo-os para nós, que alguma coisa pôde nascer. É sobre a dificuldade dessa alguma coisa que agora devemos falar: sobre a dificuldade de fazer um mapa da cultura.

Convém então recuar à pergunta que dá o título para essa nossa apresentação: é possível fazer um mapa da cultura? Se tivéssemos feito essa pergunta para nós mesmos há dois anos, a resposta certamente seria afirmativa. As dúvidas que tínhamos eram, imaginávamos, de outra ordem, e diziam respeito, sobretudo, ao *modus operandi* e à definição dos nossos objetivos, isto é, do lugar onde queríamos chegar. Mesmo assim, contudo, fizemos aquilo que, de dentro da tradição metodológica da antropologia, acreditávamos que deveria ser feito: muitas leituras seguidas de algumas quantas incursões no trabalho de campo, orientadas as duas por um roteiro previamente definido de questões para as quais esperávamos obter um conjunto inicial de respostas que nos permitisse formular, com mais precisão, as hipóteses que deveriam abrir, para nós, caminhos mais seguros de investigação.

A evolução do trabalho, contudo, nos levou a um outro tipo de interrogação. Que forma daríamos àquele material que estávamos coletando? Como poderíamos apresentá-lo? Foi aí então que nos questionamos: deveríamos continuar utilizando a noção de mapa diante das dificuldades que tínhamos de traduzi-la para

um suporte visual? Mais ainda: seriam essas dificuldades apenas idiosincrasias do trabalho que estávamos realizando ou podíamos imaginá-las como o resultado do modo como entendíamos o próprio conceito de cultura?<sup>27</sup>

Optamos pela segunda parte da pergunta, talvez pela nossa formação antropológica. Afinal, cultura, para nós, não podia ser restringida apenas àquilo que se mostra suscetível de assumir alguma forma, seja ela artística ou não, mas devia também incorporar o conjunto de usos que estão associados, de uma maneira não completamente visível, a essas formas<sup>28</sup>. Portanto, entre a morfologia necessária para o delineamento de um mapa e os usos que se traduzem pelos modos específicos, não totalmente redutíveis, de utilização das formas, como por exemplo, as formas urbanas, percebíamos a ocorrência de um hiato.

Concluimos então que aquilo que estava em jogo dizia respeito fundamentalmente à dificuldade de encontrarmos, no vocabulário da política e da gestão pública da cultura, termos que pudessem traduzir o próprio entendimento antropológico da cultura. Não seria razoável imaginar que os limites, ou pelo menos uma parte deles, fossem então provenientes do encontro entre a história da formulação de políticas para a cultura e o modo antropológico de compreensão desse conceito?

De outro modo, ou em paralelo a tudo isso, foi possível observar que o conceito de mapa estava profundamente atrelado à linguagem administrativa do estado. Isto é, a história do estado moderno nos parecia ser, entre outras coisas, a história da construção de mapas oficiais cujo sentido era a necessidade, fabricada pelo próprio estado, de estabelecer algum tipo de regulação política e administrativa sobre aqueles grupos que, por possuírem os seus próprios mapas, mostravam-se resistentes a aceitar àquela lógica oficial de organização do espaço<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Faz-se necessário contar aqui um episódio bastante curioso a esse respeito. Um dos membros da nossa equipe foi convidado a participar do grupo que estava estudando a possibilidade de refazer o Plano Diretor de Pelotas. Em uma das reuniões, ele discordou do que disse um dos arquitetos sobre um bairro da cidade, ao que então sugeriu o mesmo arquiteto: “tu poderias desenhar aqui no mapa da cidade isso que acabaste de dizer?”. Através dessa pequena provocação, percebemos que aquilo que estávamos fazendo não era, por assim dizer, desenhável, pelo menos não nos termos em que o arquiteto solicitava que fizéssemos.

<sup>28</sup> No que se refere a esse problema, o trabalho de Michel de Certeau (1995) é ainda agora fundamental. Podemos perfeitamente fazer nossa a sua definição de cultura: “a inumerável variante que germina, tal como um mofo, nos interstícios das ordens micro e macrofísicas é a nossa cultura” (DE CERTEAU, Op. Cit.: 245).

<sup>29</sup> As pesquisas do sociólogo Zygmunt Bauman foram de crucial importância para que pudéssemos perceber a presença dessa tendência cartográfica na história do estado moderno. “Mapear o espaço de modo facilmente legível para a administração estatal, embora fosse contra a natureza das práticas locais, despojando os habitantes locais de seus meios bem dominados

Por outro lado, aquilo que nos interessava compreender eram justamente esses mapas, capazes, por exemplo, de nos mostrar que uma cidade, e tudo o que ela abriga, só pode ser bem mais do que uma única cidade. Dessa maneira, pudemos perceber que a cidade, assim como a literatura de Borges, também tem os seus duplos: duplos que, às vezes, parecem difíceis de serem vistos, mas não por estarem perfeitamente escondidos, tornados impossíveis para o olhar, e sim por estarem excessivamente à nossa frente, demasiadamente presentes para serem notados. A título de exemplo, o carnaval, como fomos descobrir mais tarde, é dois<sup>30</sup>. De modo que, o mal-entendido a que todo planejamento público está sujeito, deve-se, entre outras coisas, ao fato de, muitas vezes, planejar o um esquecendo-se que ele é, pelo menos, dois.

Portanto, antes de propor um mapa, importava ao projeto compreender os mapas já existentes, isto é, os sinais que asseguram aos moradores de uma cidade a cartografia necessária ao estabelecimento de “parentescos” – afetivos, cognitivos, perceptivos... – que tornam possível, por exemplo, a uma determinada pessoa reconhecer diferenças onde outra pode ver apenas semelhanças. Afinal, aquilo que numa cidade é diferente, não o é necessariamente para todos, da mesma forma, as suas semelhanças são sempre semelhanças para alguns.

A única coisa que um mapa da cultura pode e deve ser é um mapa de diferentes planos de orientação de indivíduos e redes sociais, que, sem sobrepor-se a eles, possa contribuir para integrá-los à esfera, simultaneamente pública e política, onde são tomadas as decisões relativas à gestão dos assuntos culturais; decisões que

---

de orientação e portanto confundindo-os, era pois a primeira tarefa estratégica da moderna guerra pelo espaço. Anteriormente, era o mapa que refletia e registrava as formas do território. Agora, era a vez do território se tornar um reflexo do mapa, ser elevado ao nível da ordenada transparência que os mapas se esforçam por atingir. Era o próprio espaço que devia ser remodelado ou modelado a partir do nada à semelhança do mapa e de acordo com as decisões dos cartógrafos” (BAUMAN, 1999a: 42). Ver ainda: BAUMAN, 1999b e também FOUCAULT, 1990.

<sup>30</sup> Isso ficou muito claro para nós quando no carnaval de 2003 – o primeiro a ser realizado no espaço que a SECULT e a Prefeitura pretendem vir a transformar em um sambódromo – pudemos observar que um número relativamente grande de pessoas sentiu-se duplamente excluído, primeiro porque não dispunha de recursos para comprar o ingresso, fato já observado por nós no carnaval de 2002, e segundo – sendo essa a novidade relativamente ao ano anterior e também aos outros anos – pelo fato de que o espaço do “sambódromo” foi cercado por muros que impediram essas mesmas pessoas de assistir ao desfile dos grupos e das escolas. De modo que, do lado de fora dos muros, um outro carnaval se desenvolveu: pequenos bares foram abertos, vendedores ambulantes instalaram-se nas calçadas, e até mesmo o espaço de um terreno serviu para que as pessoas pudessem realizar ali um baile, sendo que o ingresso, nesse caso, custava 1 real, mas apenas para os homens.

V. I, n° 1. *Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.*

deverão, dessa maneira, ampliar significativamente o conteúdo do conceito de cultura para poder reinventar a própria política a ele associada.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999b.
- DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Omnes e singulatum: por uma crítica da razão política In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990, pp.77-99.
- MAGNANI, José Guilherme. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles In: MOREIRA, Alberto da Silva. *Sociedade Global: cultura e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.) *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

Recebido em: 17/09/2003  
Aprovado em: 07/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004